



EDITAL DE SELEÇÃO DE VOLUNTÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (VIC) 2023/2024

PROJETO: Governança Pública Organizacional na Universidade Federal de Juiz de Fora

Professores responsáveis: Mariana Castro

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Finanças e Controladoria da UFJF faz público o processo de seleção de 01 (um) Voluntário de Iniciação Científica, para participação no projeto acima indicado, entre o período de setembro de 2023 a agosto de 2024.

PROJETO

Governança Pública Organizacional na Universidade Federal de Juiz de Fora.

A governança pública organizacional tem se destacado como um importante modelo de gestão para organizações públicas, especialmente em um contexto de crescente demanda por transparência, eficiência e responsabilidade na administração pública. Nesse sentido, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) emerge como um caso interessante para se investigar a implementação desse modelo de gestão, tendo em vista sua relevância social e a complexidade das relações entre os diversos atores envolvidos na governança da Universidade.

Espera-se, assim, contribuir para o avanço do conhecimento teórico sobre governança pública organizacional e para a promoção de uma gestão pública mais transparente, eficiente e responsável na UFJF e em outras instituições públicas. Além disso, deve-se levar em conta a importância das universidades para o contexto social, são elas que formam o capital humano, elemento crucial para o avanço tecnológico de uma forma geral (Barbosa, 2019). Diante disso, a pesquisa se justifica social e economicamente à medida em que evidencia a educação superior como um instrumento de desenvolvimento social na formação e preparação de estudantes para atuarem no mercado de trabalho.

O Estado, com todo o seu aparato formal, tem se mostrado limitado ao lidar com as complexidades sociais atuais. Para superar estas limitações, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem publicado normas estabelecendo mecanismos e regras de governança que visam direcionar as decisões dos agentes públicos, com o intuito de tornar mais eficaz a administração da organização, buscando melhorar o desempenho de suas atividades, racionalizar o uso dos recursos e promover maior transparência das informações (Barbosa, 2019).

De maneira prática, a pesquisa se justifica à medida em que o diagnóstico realizado poderá auxiliar os gestores dessas instituições na implementação e melhoria das práticas de governança, facilitando o cumprimento de sua missão com eficiência, eficácia e efetividade, agregando valor aos serviços prestados à sociedade e evidenciando o resultado do emprego dos recursos públicos.

As práticas de governança para as universidades federais, tanto servem para aperfeiçoar a estrutura de gestão, direcionando pessoas, recursos, sistemas e processos, quanto para monitorá-la no uso dos recursos públicos exigindo, conseqüentemente, a devida prestação de contas à sociedade (Silva, 2017). Com isso, espera-se que as universidades possam impulsionar seu desempenho organizacional e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social do país, além de amenizar os conflitos entre seus diversos *stakeholders*.

A pesquisa visa contribuir no aprofundamento da discussão acerca da implementação da governança em instituições públicas de ensino superior. Busca-se, também, reduzir a lacuna teórica de pesquisas relacionadas à avaliação da gestão dessas autarquias, a partir da análise do processo de implementação dos princípios de governança aplicados a entidades do setor público. Da mesma forma que Costa (2019), busca-se preencher lacunas existentes sobre esses temas, descartando respostas teóricas sobre o

impacto da governança no setor público, examinando a questão em sua própria materialidade no âmbito de uma unidade de análise, no caso, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Em geral, as avaliações acerca da implementação dos princípios de governança em entes do setor público têm-se concentrado na construção de indicadores que visam medir o seu cumprimento. No entanto, conforme o Guia da política de governança pública elaborado pela Casa Civil da Presidência da República (2018), vale reforçar que a utilização de indicadores deve ser feita com moderação. Há sempre o risco de que eles induzam formas organizacionais predefinidas, como se a mera conformidade a estes padrões organizacionais pudesse resolver o déficit de governança existente. Nesse sentido, é importante manter o espaço para a realização de diagnósticos próprios e para a busca de soluções inovadoras, específicas e contextualizadas. Além disso, pesquisas como a desenvolvida por Gesser et al. (2021) demonstram que há uma lacuna teórica a ser explorada pelos pesquisadores da gestão universitária, bem como carência de investigação científica no Brasil sobre a temática governança universitária.

Em se tratando de pesquisas acerca das universidades federais brasileiras, parte tiveram como foco, a análise dos resultados apresentados pelo TCU em seu Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (Alves, 2019; Lima, 2012; Marques et al., 2020). Contudo, esse relatório é elaborado com base em um questionário auto avaliativo, o que pode não evidenciar da melhor forma a aderência do ente aos mecanismos de governança. Outro foco de pesquisa se dá com a análise de parte dos mecanismos de governança pública, seja ele o mecanismo de controle (Barroso, 2017); a transparência (Oliveira et al., 2020; Silva, 2018; Zorzal, 2015; Zorzal & Rodrigues, 2016); a prestação de contas (Castro & Silva, 2017); ou seu contexto institucional (Farias, 2020). Outros autores analisaram também o nível de aderência das universidades às práticas de governança conforme a *International Federation of Accountants* (IFAC) (Sales, 2014; Sales et al., 2020).

As universidades federais brasileiras apesar de estarem sujeitas às determinações legais por fazerem parte da administração federal, possuem características peculiares que fazem com que sua gestão se dê de forma distinta das dos demais órgãos da administração direta. Diversos estudos versam sobre governança pública, todavia esses trabalhos não abordam questões ligadas ao processo de implementação dos mecanismos de governança em universidades federais, lacuna que esse estudo busca preencher, considerando que diversas instituições brasileiras se encontram nesta fase. Espera-se, assim, contribuir para o avanço do conhecimento teórico sobre governança pública organizacional e para a promoção de uma gestão pública mais transparente, eficiente e responsável.

A mera análise do cumprimento ou não de requisitos de governança estabelecidos por órgãos de controle como o TCU, não leva em consideração sua adequabilidade à realidade dessas instituições. Nesse sentido, se faz necessário um estudo crítico e aprofundado que busque levantar discussões sobre a realidade e as dificuldades enfrentadas pela UFJF e, como consequência, pelas demais universidades federais brasileiras.

INSCRIÇÃO

Poderão inscrever-se os candidatos que atenderem aos seguintes critérios:

- 1 - Estar regularmente matriculado em Curso de Graduação em Administração ou Ciências Contábeis;
- 2 - Ter disponibilidade mínima de 12 horas semanais.

Para inscrever-se, o aluno interessado deve:

- 1 - Realizar inscrição via formulário: <https://forms.gle/kQfFpxvwcrGq4rH7>

PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção constará de:

- 1 - Análise do histórico escolar;
- 2 – Entrevista.

Critérios de desempate:

- 1- Melhor IRA;
- 2- Aluno mais avançado na grade curricular com possibilidades de dedicação ao projeto.

RESUMO DE DATAS E PRAZOS

INSCRIÇÃO:

PERÍODO:	15 a 22 de agosto
LOCAL:	Google Forms: https://forms.gle/kQfFpxvfwcrGq4rH7

SELEÇÃO:

DATA/HORÁRIO:	Entrevista: 25 de agosto, a partir das 14h
LOCAL:	Departamento de Finanças e Controladoria – FACC/UFJF – gabinete 9

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA SELEÇÃO:

DATA/HORÁRIO:	23 de agosto
LOCAL:	Departamento de Finanças e Controladoria – FACC/UFJF e e-mail

Juiz de Fora, 15 de agosto de 2023.

Prof. Mariana Castro
(Professora Orientadora)